



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP**

FELIPPE JOSÉ DAL SANTO

**GESTÃO DAS LÍNGUAS NO SÉCULO XXI: PARA UMA INTRODUÇÃO À POLÍTICA
LINGUÍSTICA EXTERIOR**



**ARARAQUARA – SP
2015**

FELIPPE JOSÉ DAL SANTO

**GESTÃO DAS LÍNGUAS NO SÉCULO XXI: PARA UMA INTRODUÇÃO À POLÍTICA
LINGUÍSTICA EXTERIOR**

Monografia de Conclusão de Curso (MCC)
apresentada ao Conselho de Curso de Letras, da
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara,
como requisito para obtenção do título de Bacharel
em Letras.

Orientadora: Gladis Massini-Cagliari

ARARAQUARA – SP
2015

“A língua não é somente um instrumento de
comunicação ou mesmo de conhecimento,
mas um instrumento de poder.”
Pierre Bourdieu

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estimular o debate acerca da principiante noção de política linguística exterior. Procura fazê-lo a partir de um panorama das mudanças estruturais das últimas décadas – aquelas que afetam a economia, as tecnologias da informação e da comunicação, a geopolítica e as identidades – com o propósito de chamar a atenção para a renovada importância e para o protagonismo que as questões de gestão das línguas vêm assumindo neste novo contexto. Considerando a política linguística exterior um instrumento teórico-prático essencial para a gestão das línguas no mundo globalizado, o foco da discussão recai sobre quatro aspectos principais: as origens da noção de política linguística exterior; sua relação interconvergível com a política exterior do Estado; sua efetivação através da intervenção sobre *corpus*, *status* e aquisição da língua; e a possibilidade de sua apropriação e formulação por outros agentes que não os estatais.

Palavras-chave: política linguística; planejamento linguístico; internacionalização.

ABSTRACT

The objective of this work is to stimulate a debate about the idea of a possible foreign language policy. It seeks to do so from an overview of the structural changes of recent decades – those affecting the economy, information and communication technologies, geopolitics and identities – in order to draw attention to the renewed importance and the role that the language management issues are assuming in this new context. Considering the foreign language policy a theoretical and practical essential tool for the management of language in a globalized world, the focus of the discussion rests on four main aspects: the origins of the notion of foreign language policy; the relationship with the foreign policy of the State; its effectiveness through the intervention on *corpus*, *status* and acquisition of the language; and the possibility of their formulation by agents other than the State.

Keywords: language policy; language planning; internationalization.

1. INTRODUÇÃO

O que acontece com as línguas não é, em nenhum aspecto, alheio ao que se passa com os homens em sociedade. Assim, as transformações na sociedade, notadamente aquelas que afetam o sistema de produção e consumo, a forma de organização do trabalho, os meios de comunicação, e a dinâmica dos centros de poder político - ou seja, aquelas que afetam o modo como os homens se dispõem em sociedade - irão promover transformações nas relações dos falantes, das comunidades e dos Estados com as línguas, e o que mais nos interessa, com as normas das línguas. Por isso, este século XXI cristalizará um reposicionamento na questão da gestão das línguas, que se iniciara nas últimas décadas do século passado, justamente na esteira de transformações na economia, na política, nos transportes e nas tecnologias da informação e da comunicação. Este reposicionamento da gestão das línguas é de natureza quantitativa e qualitativa e se reflete a partir de uma nova centralidade que a questão assume nas políticas de diversos países, e foi deflagrado por fenômenos que discutiremos a seguir. Uma vez apresentados tais fenômenos e reforçado onexo causal destes com o ganho de importância que a gestão das línguas adquire, empreenderemos uma reflexão introdutória sobre o incipiente conceito de "política linguística exterior", por entendermos se tratar de elemento estratégico e que adquire expressivo destaque para a gestão das línguas na atualidade.

2. O CONTEXTO DA “VIRADA POLÍTICO-LINGUÍSTICA”

Pode-se dizer que a posição da língua na esfera da economia começa a se alterar significativamente com a agudização de recentes processos macroestruturantes, dentre os quais o predomínio do setor de serviços na composição da renda e na alocação de recursos humanos em detrimento das atividades da indústria e agricultura. Isto é verificável mais substancialmente a partir da década de 90 e se dá na maioria dos países desenvolvidos e emergentes, com tendência a se irradiar para os países periféricos. O aspecto a ressaltar aqui é que, diferentemente das atividades tipicamente agro-industriais, as atividades que envolvem o setor de serviços são muito mais determinadas e consolidadas no uso da língua. Por mais que se possa discutir o grau de intensividade da língua em cada tipo de atividade do setor de serviços, de um modo geral, o setor sempre suplantará a indústria e a agricultura no que diz respeito ao quanto as condições linguísticas são determinantes para a efetivação da relação de produção e consumo. Para Oliveira (2013, p.64)

Medir o valor econômico da língua dentro de um país é verificar qual é o coeficiente de participação da língua nos diferentes ramos em que se divide a contabilidade nacional, segundo sua participação no PIB. É possível indicar um coeficiente linguístico em cada ramo da produção e posteriormente quantificar a importância da língua para cada ramo. Pesquisas demonstram que, evidentemente, o valor econômico da língua encontra-se em maior proporção no setor de serviços, é menor na indústria e menor ainda na agricultura. Um setor como o educacional, por exemplo, é 100% dependente da língua, de modo que aí, entre outros setores, seu valor é máximo.

Adicionalmente, o modo de produção como um todo foi alvo de transformações na forma de organização do trabalho, que deslocaram as funções comunicativas e a rede de informações que lhes dá fundamento diretamente para o núcleo do processo produtivo, destacando, por consequência, os elementos linguísticos de tal processo. Referimo-nos especificamente ao esgotamento do modelo fordista-taylorista - para o qual a comunicação era componente secundário - tanto em relação à sua capacidade limitada de oferecer resultados positivos sustentáveis por meio de ganhos de escala, quanto pela sua fragilidade diante de crises de desequilíbrio de oferta e demanda gestadas em seu próprio interior. O que se quer dizer é: em um mundo onde o consumo é cada vez mais segmentado - e não padronizado - a comunicação é cada vez mais um insumo do próprio processo produtivo, e, em razão disto, a língua cada vez mais um fator de produção. Sobre a ascensão do modelo *just in time* que caracteriza as relações produtivas neste capitalismo flexível, Oliveira (2013, p.10) tem a nos dizer que

Aplicado ao campo da economia linguística, isto implica que novos mercados linguísticos devem ser incluídos na produção, dada a finitude e a saturação da produção em uma única língua. É o que fazem empresas de tecnologia de ponta,

como a Google, ou entidades como a Wikipédia: funcionam em muitas línguas, advindo o lucro da soma de todos estes mercados linguísticos. Para poderem alcançar estes mercados, precisam preparar instrumentos multi-canal, em que todas as línguas possam estar em funcionamento ao mesmo tempo, prioridade absoluta do multilinguismo no mundo digital.

Outro fenômeno que se destaca como verdadeira revolução sobre a configuração social com especial impacto na questão das línguas é o desenvolvimento exponencial e vigoroso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) verificado nas últimas décadas. Com a internet à frente deste novo choque tecnológico, as TICs aumentaram enormemente a possibilidade de encontros entre diferentes línguas e colocaram ao nosso imediato alcance um acervo de informações infinitas e variadas. Ao se irradiar para os mais variados dispositivos tecnológicos, protagonizar o consumo de intangíveis e encabeçar esta interconexão global de pessoas, a internet traz as questões de ordem linguística ao centro das discussões de tecnologias da informação e da comunicação, uma vez que a meta que se desenha para o médio prazo é prover qualquer cidadão do mundo de acesso a esta rede, cujo território é marcado linguisticamente. Para Branco (2012, p.29),

Tal como em outras áreas da existência humana, a evolução científica e tecnológica tem alterado as condições de utilização, e da própria existência, das línguas naturais ao longo da história. Em alguns casos, estas novas condições de utilização das línguas resultaram daquilo a que se pode chamar de choques tecnológicos.[...]Estas mudanças tecnológicas têm proporcionado uma evolução tremenda nas condições de comunicação entre indivíduos: possibilitaram alargar as virtualidades da linguagem humana muito para além do que esta permite se restringida apenas a situações de conversa oral face a face.

No que tange à geopolítica do poder, constata-se no pós-89 uma progressiva reestruturação do equilíbrio global de forças, com a formação e consolidação de pólos alternativos de poder a partir do deslocamento dos atores internacionais, mas também a partir de uma nova dinâmica local que os fenômenos sociais e culturais adquiriram com a aceleração da globalização. O fato é que, se por um lado a globalização amplia e aprofunda a interconexão em nível mundial, por outro, alimenta as afirmações de identidades culturais e étnico-linguísticas. Eis o que Hamel (2003, p.49) ilustra ao nos lembrar que

a crescente integração da União Européia não somente propiciou uma homogeneização sob a tutela das transacionais e dos países hegemônicos como também abriu ao mesmo tempo espaços para que as regiões afirmem sua diversidade no âmbito nacional e internacional, como é o caso dos catalães, que reivindicam o reconhecimento de sua cultura e da sua língua não só na Espanha mas também na própria União Européia.

Contrariamente ao que se pensou a princípio sobre os efeitos da mundialização, a ideia de uma língua única oficial não é mais consentânea, e o que se verifica é que sequer interessa aos

Estados nacionais a promoção e manutenção de um monolinguismo (supostamente aglutinador), de modo que tais Estados têm cada vez mais se organizado constitucional, institucional e metodologicamente para abrigar os diversos grupos linguísticos sob seus espectros, bem como gerir de maneira compartilhada suas diferentes línguas. Neste sentido da defesa da diversidade linguística e das comunidades linguísticas, aliás, concorre a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de 1996, definindo o direito linguístico como sendo simultaneamente individual e coletivo (UNESCO, 2003). Como um dos resultados, cada vez mais línguas têm sido oficializadas. Como reforça da Silva (2013, p.169):

Devido às profundas mudanças sociais que resultam da nova economia globalizada e da mobilidade transnacional, as noções de língua, identidade e nacionalismo, que uma vez eram vistas como fixas e estáveis, passam agora a ser reconceituadas de maneira mais fluida, múltipla e contraditória. [...] Hoje, a ideologia do Estado-Nação (que equipara uma nação a um povo e a uma língua) defronta-se com o rompimento de fronteiras geográficas e sociolinguísticas, o que torna mais visíveis as tensões entre ideologias de monolinguismo e a realidade da complexidade multilíngue.

A atenuação das fronteiras geográficas e sociolinguísticas, aliás, é um processo tripartite: em uma instância material, resulta da revolução dos transportes, que comprimiu espaço-tempo, potencializando o impacto das diásporas modernas e dos fluxos migratórios; em uma instância política, resulta do fim dos constrangimentos bipolares da Guerra Fria seguido da diagramação de uma pretensa nova ordem mundial multilateral; e terceiro, em uma instância simbólica, resulta da assim chamada Sociedade do Conhecimento ou Sociedade da Informação, cujo alicerce são as transformações tecnológicas anteriormente mencionadas, e que permitem associar às diferentes identidades um caráter interméstico. Isto é, além da interpenetração das identidades culturais e linguísticas decorrente deste processo de apagamento concreto das fronteiras, vemos a proliferação de culturas "desterritorializadas", que se sustentam de forma descentralizada, e são peremptoriamente definidas simbólica e linguisticamente; além disso, mesmo as identidades linguísticas tradicionais ("territorializadas") nunca estiveram tão pouco imunes às influências estrangeiras (BAUMAN, 2005; DELEUZE; GATTARI, 1995).

Estes fenômenos nucleares - além de outros que os orbitam - depositaram na linguagem em sentido amplo, e nas línguas específicas em sentido estrito, uma relevância inédita e fundante. É esta nova importância que vem reposicionando as questões acerca da gestão das línguas presentemente. Este reposicionamento é global e enseja o apelo a uma política linguística de âmbito igualmente global, ou seja, do âmbito da política externa dos Estados, do âmbito dos mercados transnacionais e das organizações internacionais. A fim de iluminarmos tal problemática,

introduziremos algumas reflexões heurísticas acerca da noção de política linguística exterior, não sem antes encerrarmos esta contextualização com a perspectiva sintética de Lopes (2013, p.18):

Os processos sociais, culturais, políticos, econômicos, demográficos, diaspóricos etc. que chamamos de globalização e que caracterizam a modernidade recente: o mundo da compressão do tempo e do espaço, da tecnologia digital, dos choques e das mudanças socioculturais, das hibridizações de vários tipos (linguísticas, culturais, discursivas, etc.), da hipersemiotização, da superdiversidade, da presença do chamado terceiro mundo no primeiro e vice-versa, dos fluxos entre fronteiras físicas e virtuais, entre outros processos, com os quais nos deparamos continuamente, constituem um mundo no qual a linguagem ocupa um espaço privilegiado.

3. GESTÃO DE LÍNGUAS E POLÍTICA LINGUISTICA EXTERIOR

Temos que a gestão das línguas engloba basicamente a política linguística e o planejamento linguístico, e aqui, tal como em Calvet (2002, p.145), chamaremos

política linguística um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento linguístico* a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato. Não importa que grupo pode elaborar uma política linguística, [...] só o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas.

A despeito de diferentes abordagens que consideram política linguística também aquela que não é exclusivamente produto de um conjunto de escolhas conscientes de sujeitos que intencionam interferir nas relações entre língua e sociedade (como seria o caso da própria aglutinação gradual de saberes metalinguísticos), a abordagem de nossa preferência é a da sociolinguística. Salientar isto é reforçar o binômio política/planejamento mencionado por Calvet, e considerar a política linguística uma multidisciplinar interdependente que envolve diversas áreas, mas que antes é uma prática *per se*, que deve demandar a planificação de políticas públicas específicas. Até por isso, numa objetivização pragmática, Rajagopalan (2014, p.73) pode dizer que

À política linguística concerne uma série de atividades relativas à política, ao planejamento, à planificação, à proteção, à manutenção, ao cultivo e, como não podia ser de outra forma, ao ensino da(s) língua(s) que faz(em) parte do patrimônio linguístico de um país, de um Estado, enfim, de um povo. Ela envolve a tomada de decisões e a implementação de ações concretas que têm consequências duradouras e, com frequência, balizam e determinam o rumo a ser tomado nos próximos anos ou décadas – ou até mesmo para períodos ainda maiores.

Se é verdadeiro que o cenário contextualizado há pouco transmite às línguas novo relevo - o que, por sua vez, transmite novo relevo às questões das línguas (ao campo da linguagem) - então se faz urgente empreender novas teorizações acerca dos conceitos da linguística que reflitam a globalização, as redes de comunicação cibernética, as diásporas modernas, as identidades desterritorializadas, etc, como sendo eixos estruturantes das ideologias linguísticas que estabelecem tais conceitos. Neste sentido, parece haver espaço para o desenvolvimento de uma ideia de política linguística que seja notadamente "exterior", isto é, que considere em seu fundamento os espaços globais de multilinguismo, a sinergia dos mercados internacionais diversos com os mercados linguísticos, em suma, que considere como fundamento a globalização linguística.

O conceito de política linguística exterior é ainda pouco trabalhado diretamente. Sempre que invocado, no entanto, se faz necessário ressaltar sua relação com os interesses estratégicos do Estado, impreterivelmente aqueles voltados às suas ambições em política externa. Afinal, se vimos

acima que a implementação de determinada política linguística tende a pertencer mais decisivamente ao escopo do Estado, uma política linguística exterior e um planejamento linguístico direcionado à internacionalização concorrerão ainda mais para tal perspectiva. Destarte, é interessante que Diniz (2013, p.26), a partir de Varela (2006), observa que

a política linguística exterior nasce em países que têm em comum o fato de serem – ou terem sido – potências coloniais. Segundo a autora, a longa experiência na gestão de questões administrativas e educativas junto a comunidades que falavam outras línguas que não a oficial da metrópole permitiu a esses países desenvolverem um *savoir-faire* no sentido de aumentar a visibilidade de sua língua nacional em diferentes continentes. Mais do que isso, essa experiência sensibilizou os poderes públicos para o potencial geopolítico das línguas.

Claro que quando nos referimos à política linguística exterior no período colonial, é mais adequado pensarmos em um avanço voluntário da língua do colonizador – e não numa difusão estruturalmente planificada, com instrumentalização de gestão, etc, como é o caso de se pensar atualmente – que se dava em paralelo à expansão da metrópole como um todo. O fato é que o que é novo são as instituições especializadas, os aparelhos próprios, bem como uma fraseologia particular que começa a emergir dos recentes estudos sobre política linguística com viés em relações exteriores, estes sim localizados no último quarto do século XX, pois, como ressalta Signorini (2013, p.75),

Desde o final da década de 1990, falar de política linguística e de globalização costuma ser o mesmo que falar de estratégias, geralmente institucionais, de fomento ou de gerenciamento de mercado(s) linguístico(s) transnacionais com vistas à produção e circulação de produtos linguísticos ou semióticos (“sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”) e não linguísticos.

O Brasil apenas recentemente vem se organizando com vistas à instrumentalização de mecanismos para promoção, difusão e internacionalização da língua portuguesa, até porque apenas recentemente vem desempenhando papéis de maior relevo nos contextos globais e regionais, o que tem contribuído sobremaneira para modificar o imaginário do país no exterior. Mas é preciso lembrar que, em um sentido, o país foi alvo de política linguística exterior perpetrada pela metrópole colonial, e, noutro sentido, a ideologia do monolinguismo aqui propagandeada por muito tempo ofuscou o plurilinguismo (tradicionalmente um “incentivador” de políticas linguísticas), o que certamente também contribuiu com a inexperiência histórica do país na questão.

O caso é que, se aceitamos que as línguas ocupam um papel cada vez mais relevante na economia mundial, na geopolítica e nas relações diplomático-culturais, temos que eleger como imperativa a necessidade de formulação por parte do Estado de alicerces metodológicos bem definidos e a implantação de políticas públicas coordenadas e compartilhadas que visem a

internacionalização de determinada língua em um cenário de multilinguismo. Em outros termos, temos que eleger como imperativa a constituição formal de uma política linguística exterior, inclusive em razão do exposto por Oliveira (2013, p.64), ao mencionar a teoria orbital das línguas de Calvet:

Desde Calvet (2002), pelo menos, sabemos da existência de um “mercado linguístico”, organizado em uma hierarquia de línguas e regido por fatores que condicionam o comportamento dos falantes, atraindo-os para determinadas línguas e levando-os ao rechaço ou pelo menos à indiferença em relação a outras línguas. Essa “teoria orbital das línguas” de Calvet interpreta que o mercado linguístico é expressão de relações de força, econômicas e políticas, é o espaço em que se dão as lutas de poder entre comunidades linguísticas, e é o espaço em que é praticada a gestão das línguas pelos polos de poder de plantão numa determinada ordem.

Portanto, a política linguística exterior deve ser resultado de objetivos estabelecidos racionalmente por um Estado em relação à sua língua (ou ainda por uma entidade supra-estatal, como é o caso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Tais objetivos dificilmente serão exclusivamente linguísticos – e sequer deverão procurar ser -, e têm ligação central com os objetivos mais amplos da política exterior deste mesmo Estado, o que faz da política linguística exterior, como dissemos, um campo multidisciplinar e não autônomo.

Por isso mesmo a política linguística exterior tende a extrapolar as intenções meramente promotoras da língua (para inclusive evitar ter de reduzi-la a simples “política cultural”), a fim de difundir a língua em um aspecto policêntrico e que privilegie a aquisição, como se verifica, por exemplo, quando das relações comerciais nos blocos econômicos regionais, sobre os quais (relativamente à língua portuguesa) Oliveira (2013, p.56) nos afirma que

Cada um desses blocos econômicos é ambiente rico em oportunidades para a presença do português, trazendo muitos desdobramentos, razão pela qual os blocos econômicos regionais são ambientes privilegiados para a promoção das línguas, muito mais do que as organizações diplomáticas, nas quais o uso da língua permanece, de certa forma, restrito às cimeiras e à documentação da própria organização.

Para refletirmos sobre como se efetiva a atuação de um Estado sobre uma língua numa perspectiva de política exterior, pode ser útil recuperarmos a dicotomia de Calvet (2002), concernente à atuação sobre a língua enquanto *corpus* e a atuação sobre as línguas enquanto *status*. A atuação sobre o *corpus* seria do âmbito mesmo da ação com efeito sobre a estrutura interna da língua, estimulando mudanças deliberadas em sua forma, enquanto que a ação sobre o *status* modificaria as funções sociais de determinada língua, em detrimento ou em privilégio de outra, sempre ora removendo, ora recuperando, ora mitigando o *status* de uma língua. Ademais, é preciso

considerar, hodiernamente, como terceiro elemento de atuação, aquele que age sobre a aquisição do código linguístico, e neste sentido Diniz (2013, p.28) observa que

Varela argumenta que a aquisição é um elemento constitutivo de uma política linguística exterior – ou mesmo da política linguística de uma maneira geral -, situado no mesmo plano de trabalho sobre o corpus ou sobre o status de uma língua. Assim, a criação de uma variante como o Basic English – que, do ponto de vista dos estudos sociolinguísticos, pode ser considerada uma ação sobre o corpus – objetiva facilitar sua aquisição por parte daqueles que não falam inglês. O sucesso de tal ação depende, por sua vez, da possibilidade de reforçar o status internacional da língua em questão.

Entretanto, quando dizemos que na política linguística exterior é ao Estado que caberia a atuação sobre a língua, não é no sentido das políticas de viés colonialistas e neocolonialistas do passado, muito menos no sentido de que as intervenções explícitas sobre a língua sejam exclusivamente atributos integrais do Estado. Pela própria grandeza dos objetivos e amplitude da formulação de uma política linguística exterior consistente, o Estado deve sim se destacar na coordenação das intervenções, nunca ignorando a possibilidade de participação de outros agentes, ou mesmo o fato de que ações implícitas também podem alargar a abrangência de uma política linguística. Sobre isso, enfatiza Hamel (2003, p.67:68) que

As medidas de maiores consequências relacionadas com as línguas não são muitas vezes as explícitas, mas as atividades, atitudes e ideologias linguísticas, que podem se opor aos objetivos explícitos de uma determinada política.[...] A pesquisa sociolinguística deveria, portanto, partir de um conceito amplo de políticas linguísticas e se concentrar nas contradições entre as decisões políticas explícitas e as medidas e intervenções das diversas forças sociais.

Como exemplo do que pretendemos dizer está a inserção de uma língua de modo substancial e capilarizado no mundo digital. Uma vez que a perspectiva é de que na internet as únicas fronteiras sejam as próprias línguas, uma política linguística voltada para a promoção e difusão da língua nestes espaços tem, sob vários aspectos, enfoque em política linguística exterior. Afinal, algumas intervenções explícitas passam necessariamente pela coordenação do Estado, como é o caso da produção de teclados, desenvolvimento de softwares, disponibilização de material oficial - e até mesmo o letramento digital de sua população - e devem pelo Estado serem incentivadas e planificadas; enquanto que outras atuações bem mais implícitas, como a produção de conteúdo por falantes da língua, extrapolam a mera intenção interventora estatal. Tendo tudo isto em mente, podemos enfim nos debruçar sobre a definição de Varela (2006), traduzida em Diniz (2013, p.31), para quem

a política linguística exterior é um conjunto de ações que tem por objetivo a(s) língua(s) (seu corpus, seu status, sua aquisição) de uma determinada política

autônoma, racionalmente organizado e orientado para objetivos estabelecidos no quadro da política exterior adotada por essa mesma unidade. Trata-se, portanto, de um instrumento da política exterior de uma unidade suscetível de tê-la (um Estado, um governo, uma entidade supra-estatal, tal como uma organização regional ou internacional), que é ‘colocado em serviço’ quando se encontram reunidas as condições (notadamente sociolinguísticas) que permitam atribuir chances de êxito às ações a levar a cabo em relação aos objetivos políticos buscados. [...] Os ‘sentidos’ das ações, como a própria existência de uma política exterior, são dados por uma instância externa, a política exterior. Porém, as escolhas operadas a esse nível são feitas a partir de considerações que levam em conta propriedades, do funcionamento e das potencialidades das línguas, que serão em seguida organizadas a fim de adaptá-las aos papéis e aos objetivos ao serviço dos quais serão posicionadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso convencer a sociedade de que o investimento em políticas linguísticas é importante. E mais, considerando o discutido neste trabalho, é preciso convencer o Estado, os mercados - e também os falantes de um modo geral - de que no mundo globalizado, na Nova Economia, na Sociedade do Conhecimento, vale a pena investir diretamente em política linguística exterior. Para tanto, a contribuição dos linguistas deve ser científica, como de costume, mas também deve ser política, promovendo, quem sabe, uma virada crítico-social na linguística deste novo século. A formulação de uma teoria e uma política já é uma prática social. Para Rajagopalan (2003, p.25),

nós, linguistas, devemos com urgência, rever muitos dos conceitos e das categorias com os quais estamos acostumados a trabalhar, no intuito de torná-los mais adequados às mudanças estonteantes, principalmente em nível social, geopolítico, e cultural, em curso neste início de milênio. [...] Os nossos conceitos básicos relativos à linguagem foram em grande parte herdados do século XIX, quando imperava o lema 'Uma nação, uma língua, uma cultura'. Previsivelmente eles estão se mostrando cada vez mais incapazes de corresponder à realidade vivida neste novo milênio, realidade marcada de forma acentuada por novos fenômenos e tendências irreversíveis como a globalização e a interação entre culturas, com consequências diretas sobre a vida e o comportamento cotidiano dos povos, inclusive no que diz respeito a hábitos e costumes linguísticos.

As questões da linguagem não são mais secundárias frente ao novo cenário que se estabelece e por isso não devem ser relegadas pelos Estados e menosprezadas pela sociedade. Para isto os linguistas devem avançar sobre pressupostos estruturalistas que compartimentalizam as línguas nelas mesmas. Não é razoável afirmar categoricamente que as línguas sabem cuidar de si próprias, e em um mundo de tensão dialética entre mercados linguísticos internacionais, de superdiversidade e multilinguismo, uma política linguística exterior é uma questão estratégica de presença econômico-política, mas é também, cada vez mais, uma questão de afirmação de identidade e de cidadania.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2005.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo. Editora EDUSP, 2008.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 2). São Paulo. Editora 34, 1995.
- BRANCO, A. A língua Portuguesa face ao choque tecnológico digital. *Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (RIILP)* – V.2, N.3. Cidade da Praia, Cabo Verde. Editora do IILP, 2012.
- CALVET, L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo. Editora Parábola, 2002.
- _____. *As políticas linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: IPOL/Editora Parábola, 2007.
- DINIZ, L. R. A. *Política linguística do estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- HAMEL, R. E. Direitos linguísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. In: OLIVEIRA, G. M. de. (Org.). *Declaração universal dos direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Brasília. IPOL/Mercado das Letras, 2003.
- LOPES, L. P. da M. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: LOPES, L. P. Da M. (Org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo. Editora Parábola, 2013.
- OLIVEIRA, G. M. de. *O lugar das línguas: a América do Sul e os mercados linguísticos na nova economia*. Universidade Federal de Santa Catarina/IPOL, 2010.
- _____. *Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI*. Cabo Verde, África. IILP – CPLP, 2013.
- _____. Um atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: LOPES, L. P. Da M. (Org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo. Editora Parábola, 2013.
- RAJAGOPALAN, K. O professor de línguas e a suma importância do seu entrosamento na política linguística do seu país. In: CORREA, D. A. (Org.). *Política linguística e ensino de língua*. Campinas, SP. Editora Pontes, 2014.
- _____. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo. Editora Parábola, 2003.
- SIGNORINI, I. Política, língua portuguesa e globalização. In: LOPES, L. P. Da M. (Org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo. Editora Parábola, 2013.

SILVA, E. da. Tensões sociolinguísticas na comunidade portuguesa/lusófona de Toronto. In: LOPES, L. P. Da M. (Org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo. Editora Parábola, 2013.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. In: OLIVEIRA, G. M. de. (Org.). *Declaração universal dos direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Brasília. IPOL/Mercado das Letras, 2003.